



**OFÍCIO DE NOTAS**  
JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO  
TABELIÃO



**BVA 735-03**

**Livro: 5467**

**Folhas: 047/059**

**Ato: 006**

**ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO  
DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE  
BEM IMÓVEL EM GARANTIA E  
OUTRAS AVENÇAS**, na forma  
abaixo:

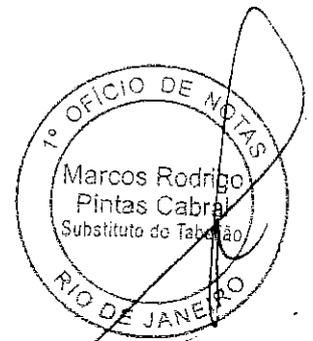
**TRASLADO**

**S A I B A M** quantos esta virem, que, no ano de **2012** (dois mil e doze), aos **27** (vinte e sete) dias do mês de **julho**, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Afrânio de Melo Franco, nº 290, sala 101, Leblon, perante mim, **MARCOS RODRIGO PINTAS CABRAL**, Substituto do Tabelião do Cartório do 1º Ofício de Notas, situado na Avenida Rio Branco, nº 120, sobreloja nº 20, Centro, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber: **I - AGENTE FIDUCIÁRIO** (na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**): **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, partc, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-011, correio eletrônico controle@brltrust.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.486.793/0001-42, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social por seus Diretores, **MAURICIO DA COSTA RIBEIRO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 09738456-4, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016.788.857-97; e **RODRIGO BOCCANERA GOMES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de

identidade nº 09027876-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.862.607-81, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo/SP e com escritório na sede da representada, ora de passagem por esta Capital; **II - EMISSORA: INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Alameda dos Jurupis, 455, 10º andar, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04088-001, correio eletrônico ri@inepar.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.627.504/0001-06, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social por seus Diretores, **MARCO ANTONIO BERNARDI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 17.241.223-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 046.529.158-96; e **DIONÍSIO LELES DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, consultor de investimentos, portador da carteira de identidade nº 8.361.578-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 764.286.648-87, ambos residentes e domiciliados na Cidade de São Paulo/SP e com escritório na sede da representada, ora de passagem por esta Capital; e **III - GARANTIDORA ALIENANTE OU GARANTIDORA: IESA ÓLEO & GÁS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Rua Mayrink Veiga, 9, 14º andar, parte, Centro, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20090-050, correio eletrônico marco.bernardi@iesa.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.248.576/0001-11, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social por seus Diretores, **IRAJÁ GALLIANO ANDRADE**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 405.211.249-9, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 139.478.939-49; e **OTTO GARRIDO SPARENBERG**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1.571.110-8, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 361.152.409-30, ambos com endereço comercial na sede da representada. Os presentes foram devidamente identificados e qualificados conforme documentos mencionados, bem como informo que enviarei nota deste instrumento ao competente Cartório Distribuidor, no prazo e forma legais. Pelo presente instrumento, as partes devidamente qualificadas no Preâmbulo têm entre si justas e convencionadas a celebração da presente **Escritura de Constituição de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras Avenças (Instrumento)** que se regerá mediante os seguintes termos e condições: **DO IMÓVEL:** O **Imóvel** objeto do presente **Instrumento** é o seguinte: **Um galpão, quatro salas, sendo 01 para administração, uma de gerência, uma de serviços técnicos, uma**



**OFÍCIO DE NOTAS**  
**JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO**  
TABELIÃO



**recepção e uma dependência para almoxarifado, tudo com uma área construída de 198,55m<sup>2</sup>**, construído numa área de terras desmembrada de maior porção, em forma de um polígono irregular, situada no lugar denominado Imboassica, na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, não foreiro e dentro do perímetro urbano, medindo e confrontando-se da seguinte maneira: 53,00m de frente, com a Rodovia Amaral Peixoto; 322,50m do lado esquerdo, fazendo divisa com terreno da Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A; 322,50m do lado direito com terras dos vendedores; e, 199,00m de fundos, também confrontando-se com a vendedora, com a área total de 40.000,00m<sup>2</sup>, cujas demais características estão contidas na matrícula n° **24.269** do Registro de Imóveis - **2°** Ofício de Macaé, neste Estado, havido por integralização de capital, nos termos do instrumento particular da Ata da 2ª Assembleia geral Extraordinária de 23/12/2005, registrada sob o n° 10 na citada matrícula n° 24.269, em 28/06/2012, inscrito na municipalidade sob o n° **01.6.133.1105.001**. **Valor de avaliação do Imóvel para o 1° Leilão:** R\$53.560.000,00 (cinquenta e três milhões, quinhentos e sessenta mil reais). Referido valor encontra-se refletido no laudo 12704/2012, emitido em 18/05/2012, pela Empresa Berg Consultoria Imobiliária, inscrita no CREA sob o n° 2007.207067 (**Laudo de Avaliação e Empresa de Avaliação**, respectivamente), nos moldes da ABNT - NBR 14653-1, apresentado, nesta data, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO; Montante Mínimo de Cobertura:** 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Principal das Debêntures, conforme abaixo definido. **DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS:** As **Obrigações Garantidas** por este **Instrumento** são todas e quaisquer obrigações da **EMISSORA** decorrentes do **Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, da Inepar S.A. Indústria e Construções (Escritura de Emissão)**; Data de Emissão: 27/07/2012; Valor Principal R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); Prazo: 48 (quarenta e oito) meses; Data de Vencimento: 27/07/2016; Período de Carência: a partir da Data de Emissão até o 6° (sexto) mês contado da Data de Emissão; Encargos de Mora: juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados dia a dia e multa contratual, não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, a partir da data de vencimento até a data do efetivo pagamento; Remuneração: atualização monetária pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado mensalmente

pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acrescidos de juros prefixados de 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) ao ano, calculados com base em um ano de 252 dias úteis; Comissões, Tarifas e Taxas (se aplicável): as despesas e custos relacionados à emissão das Debêntures, nos termos da **Escritura de Emissão**; **Escritura de Emissão** essa que passa a fazer parte integrante e complementar deste **Instrumento**, como se aqui estivesse integralmente transcrita. Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos no presente **Instrumento** têm o mesmo significado que lhes é atribuído na **Escritura de Emissão**. **OBJETO: 1.** Pelo presente **Instrumento** e na melhor forma de direito, a fim de garantir o pagamento e o cumprimento integrais e pontuais das **Obrigações Garantidas**, cujos termos e condições são de pleno conhecimento da **GARANTIDORA**, a **GARANTIDORA** aliena fiduciariamente, em primeiro e único grau, aos titulares das debêntures emitidas nos termos da **Escritura de Emissão (Debenturistas e Debêntures**, respectivamente), neste ato representados pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, o Imóvel, descrito no Preâmbulo acima, nos termos da legislação em vigor, em especial das Leis 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada e 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada, e nos termos pactuados no presente **Instrumento**. **2.** Pela presente alienação fiduciária, os **Debenturistas**, neste ato representados pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, adquirem a propriedade resolúvel e a posse indireta do **Imóvel**, que se resolverá com o integral cumprimento das **Obrigações Garantidas**, consolidando-se a propriedade do **Imóvel** em nome dos **Debenturistas**, representados pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em caso de não cumprimento integral ou parcial das **Obrigações Garantidas**. **3.** Incluir-se-ão automaticamente na definição de **Imóvel**, para os fins deste **Instrumento** e a ele ficarão automaticamente sujeitos, independentemente de manifestação de vontade, da **GARANTIDORA**, ou de aditamento, todos os direitos, benfeitorias, acessões e frutos atuais ou que vierem a ser incorporados ao **Imóvel**. **3.1.** Qualquer acessão ou benfeitoria de qualquer espécie ou natureza somente poderá ser realizada pela **GARANTIDORA** no **Imóvel** caso obtidas as licenças administrativas necessárias e a averbação do aumento ou da diminuição da área construída, sendo que, em qualquer hipótese, os acréscimos ocorridos se incorporarão ao **Imóvel** e ao seu valor, para os fins deste **Instrumento** e de realização do leilão extrajudicial descrito abaixo, não podendo a **GARANTIDORA** invocar direito de indenização ou de retenção, a qualquer título ou pretexto. **4.** Fica, desde já, estabelecido entre as partes que, durante a



**OFÍCIO DE NOTAS**  
JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO  
TABELIÃO

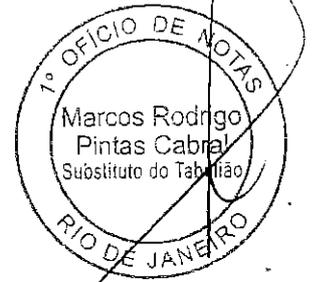


vigência da garantia ora constituída e até que integralmente cumpridas, à satisfação dos **Debenturistas**, todas as **Obrigações Garantidas**, o valor de venda forçada do **Imóvel**, conforme indicado no Laudo de Avaliação atualizado do **Imóvel**, não poderá ser inferior ao Montante Mínimo de Cobertura. **4.1.** Poderá o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, às expensas da **GARANTIDORA**, promover ou solicitar à **GARANTIDORA** que promova, a qualquer tempo, avaliações técnicas do **Imóvel** para averiguar o seu valor e as condições em que se encontra. **4.2.** Em caso de perecimento, perda ou desvalorização do **Imóvel**, de modo que o seu valor de venda forçada, a qualquer tempo, deixe de corresponder, no mínimo, ao Montante Mínimo de Cobertura estabelecido no Preâmbulo, fica ajustado que a **GARANTIDORA** e a **EMISSORA**, sob pena de o **AGENTE FIDUCIÁRIO** poder declarar o vencimento antecipado das **Obrigações Garantidas**, independentemente de aviso, notificação, interpelação ou protesto, judicial ou extrajudicial, deverão efetuar a complementação da garantia com outros imóveis ou outras garantias, desde que aceitas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, a seu exclusivo critério. **4.3.** Não obstante o disposto no item 4.1 acima, para fins de verificação do atendimento ao Montante Mínimo de Cobertura, a **GARANTIDORA** compromete-se a encaminhar anualmente ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a partir da data de emissão do Laudo de Avaliação, laudo de avaliação do **Imóvel** atualizado, confeccionado pela Empresa de Avaliação ou por outra empresa especializada, desde que previamente aprovada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, a seu exclusivo critério. **4.4.** A **GARANTIDORA** e a **EMISSORA** obrigam-se a promover o reforço ou a substituição da garantia, conforme o caso, a que se refere o item 4.2. acima, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da verificação de insuficiência do valor de venda forçada do **Imóvel** para atender ao Montante Mínimo de Cobertura, mediante notificação por escrito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** neste sentido. **4.5.** Em caso de substituição da garantia, no todo ou em parte, o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, após a devida formalização e registro da alienação fiduciária do imóvel substituto, liberará da garantia o **Imóvel** que foi substituído para que a **GARANTIDORA** tome todas as providências que entenda adequadas, observado o prazo legal para tanto. **5.** Na hipótese de desapropriação, total ou parcial, do **Imóvel**, os **Debenturistas**, representados pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, como proprietários do **Imóvel**, ainda que em caráter resolúvel, serão os únicos e exclusivos beneficiários da justa e prévia indenização paga pelo poder expropriante,

na proporção do **Imóvel**, no montante correspondente ao saldo remanescente das **Debêntures** à época, calculado conforme disposto na **Escritura de Emissão**. **6.** Mediante o registro do presente **Instrumento** no Cartório de Registro de Imóveis competente, estará constituída a propriedade fiduciária em nome do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, efetivando-se o desdobramento da posse, passando a **GARANTIDORA** a deter a posse direta, com direito à utilização destes, enquanto as **Obrigações Garantidas** não tiverem sido integralmente cumpridas, e o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, a deter a posse indireta do **Imóvel** objeto da garantia fiduciária, até o integral cumprimento da totalidade das **Obrigações Garantidas**. **6.1.** O cumprimento parcial das **Obrigações Garantidas** não importa exoneração correspondente, parcial ou não, da presente alienação fiduciária. **6.2.** A **GARANTIDORA** obriga-se a realizar, às suas expensas, o registro da presente alienação fiduciária no Cartório de Registro de Imóveis competente e a encaminhar os respectivos documentos comprobatórios do referido registro ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** em até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão, conforme definida no Preâmbulo acima. A **GARANTIDORA** obriga-se, ainda, a enviar comprovante do protocolo para registro deste **Instrumento** no referido cartório, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, acompanhado do Laudo de Avaliação e Certidão da matrícula do **Imóvel**, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, atualizados até a Data de Emissão. **DECLARAÇÕES, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA GARANTIDORA:** **7.** A **GARANTIDORA** declara e garante que: **(a)** está devidamente autorizada a conduzir suas atividades comerciais e com poderes para livremente exercer a administração de seus bens; **(b)** é legítima titular do **Imóvel** oferecido em garantia, responsabilizando-se perante o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, pela existência e devida regularização do **Imóvel** junto aos órgãos competentes; **(c)** o **Imóvel** está, e assim deverá permanecer enquanto pendente de pagamento parte ou a totalidade das **Obrigações Garantidas**, sob pena de declaração do vencimento antecipado das **Obrigações Garantidas**, pelos **Debenturistas**, totalmente livre e desembaraçado de quaisquer: **(i)** ônus, cessão ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação decorrente de qualquer direito de oneração ou alienação, exceto o gravame ora constituído; **(ii)** dívidas ou dúvidas, arrestos ou sequestros e de quaisquer outras medidas judiciais, inclusive ações reipersecutórias, ações desapropriatórias ou



**OFÍCIO DE NOTAS**  
JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO  
TABELIÃO



declarações de utilidade pública para fins de desapropriação, não havendo em relação ao **Imóvel** quaisquer impostos ou taxas em atraso ou outros encargos; ou **(iii)** posseiros, comodatários, locatários, arrendatários e de quaisquer intrusos, de hipotecas, legais ou convencionais, e de débitos condominiais; **(d)** o presente **Instrumento** constitui uma obrigação válida e legal, sendo exequível de acordo com os seus respectivos termos; **(e)** está devidamente autorizada a celebrar o presente **Instrumento** e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a presente contratação; **(f)** os representantes legais que assinam este **Instrumento** têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em nome da **GARANTIDORA**, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; **(g)** a celebração deste **Instrumento** e a consumação dos termos aqui pactuados não violam: **(i)** qualquer disposição do estatuto social da **GARANTIDORA**; **(ii)** lei, regulamento ou decisão de qualquer autoridade governamental; **(iii)** decisão de qualquer autoridade governamental; ou **(iv)** quaisquer contratos ou instrumentos do qual a **GARANTIDORA** seja parte. **(h)** renuncia a qualquer benefício eventualmente decorrente, conforme o caso, de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial (**Recuperação**) da **EMISSORA** e reconhece, neste ato, que **(i)** eventual pedido de **Recuperação** da **EMISSORA** ou, ainda, sua aprovação, não implicará em novação ou alteração da presente garantia, ainda que haja novação ou transação das **Obrigações Garantidas**, restando a **GARANTIDORA** obrigada pela garantia das **Obrigações Garantidas** nos exatos termos da sua constituição; e **(ii)** para os fins de execução da presente garantia e das obrigações estipuladas neste **Instrumento**, a **GARANTIDORA** não gozará de qualquer benefício ou favor legal que venha a ser eventualmente concedido à **EMISSORA** em função da aprovação da **Recuperação**, sendo certo que referida concessão não suspenderá qualquer ação movida pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** para a execução da garantia ora prestada; e **(iii)** reconhece que a concessão da garantia prevista neste **Instrumento** foi causa fundamental para a celebração da **Escritura de Emissão**. **8.** Até o cumprimento e a quitação integral das **Obrigações Garantidas**, a **GARANTIDORA** obriga-se a: **(a)** fornecer todos os documentos e tomar todas as providências necessárias para dar cumprimento à transferência da propriedade fiduciária do **Imóvel** aos Debenturistas, representados pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, bem como a providenciar, a pedido do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, laudo de avaliação do **Imóvel**

atualizado, inclusive para fins de estipulação do **Valor de Avaliação do Imóvel** definido no Preâmbulo; **(b)** reembolsar o **AGENTE FIDUCIÁRIO** ou os **Debenturistas**, conforme o caso, se estes eventualmente pagarem algum dos encargos inerentes ao **Imóvel**, dentro de 10 (dez) dias contados do recebimento de comunicação nesse sentido, observadas as mesmas penalidades moratórias e consequências de eventual inadimplemento previstas neste **Instrumento**; **(c)** informar imediatamente ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, para benefício dos **Debenturistas**, a ocorrência de quaisquer danos físicos ao **Imóvel**; **(d)** uma vez excutida a presente garantia ou verificado o pagamento das **Obrigações Garantidas** eventualmente efetuado pela **GARANTIDORA**, por sua própria iniciativa e conveniência, habilitar seu crédito contra a **EMISSORA** (por sub-rogação) na **Recuperação** e se sujeitar aos efeitos do plano de **Recuperação**, ainda que referido plano de **Recuperação** altere ou reduza o valor obtido com a execução das garantias ou o valor utilizado para quitação das **Obrigações Garantidas**; **(e)** manter, preservar e proteger todos os direitos reais de garantia constituídos nos termos do presente **Instrumento** e notificar em até 01 (um) dia útil o **AGENTE FIDUCIÁRIO** sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo qualquer decisão, ação judicial, reivindicação, investigação ou alteração de legislação que vier a ser de seu conhecimento e que possa afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída por meio deste **Instrumento**; **(f)** manter a presente garantia sempre válida, exequível, existente, eficaz, suficiente, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer restrição ou condição, e o **Imóvel** livre e desembaraçado de quaisquer ônus, encargos, gravames ou restrições de natureza pessoal ou real; **(g)** proceder, às suas expensas, ao registro deste **Instrumento** e seus anexos ou aditivos no Cartório de Registro de Imóveis competente, no prazo estabelecido no item 6.2; **(h)** comunicar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, dentro de 3 (três) dias úteis, a ocorrência de qualquer acontecimento que possa ter ou resultar em um efeito substancial adverso em sua capacidade de cumprir suas obrigações decorrentes deste **Instrumento**; **(i)** efetuar, se solicitado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, os reforços da presente garantia fiduciária, nos prazos e formas previstos neste **Instrumento**; **(j)** pagar pontualmente todos os tributos, seguros, taxas, multas, despesas e encargos (inclusive por força da excussão da presente garantia) relativos ao **Imóvel**, ou relacionados à manutenção e à integralidade da presente garantia, ou de qualquer forma relacionados a esta garantia; **(k)** não ceder o uso, transferir, renunciar, gravar, arrendar, explorar economicamente, dar em comodato, instituir



**OFÍCIO DE NOTAS**  
JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO  
TABELIÃO



direito de superfície, onerar ou de qualquer outra forma alienar o **Imóvel** em favor de quaisquer terceiros, direta ou indiretamente, sem a prévia e expressa autorização do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**; e (l) no caso de inadimplemento ou da ocorrência de hipótese de vencimento antecipado das **Debêntures** não obstar (e fazer com que seus diretores, conselheiros e outros membros da administração não obstem) todos e quaisquer atos que sejam necessários ou convenientes à excussão desta garantia. **9. A GARANTIDORA**, desde já, autoriza o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em caráter irrevogável e irretratável, a vistoriar o **Imóvel** dado em garantia até que sejam integralmente cumpridas as **Obrigações Garantidas**. **10. A GARANTIDORA** terá direito à livre utilização do **Imóvel** por sua conta e risco, assumindo toda a responsabilidade pela guarda e conservação do **Imóvel**, responsabilizando-se pelo devido pagamento de todos os tributos, seguros e quaisquer outras contribuições ou encargos que incidam ou venham a incidir sobre o **Imóvel**, até eventual consolidação da propriedade do **Imóvel** na pessoa do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, hipótese em que deverá entregá-lo, no prazo previsto no item 19 abaixo, totalmente livre de pessoas e coisas. **11.** Observada a alínea (j) do item 8 acima, a **GARANTIDORA**, como possuidora direta do **Imóvel**, poderá locá-lo a terceiros, caso em que se obriga, sob pena de o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, poder declarar o vencimento antecipado das **Obrigações Garantidas**, a incluir no respectivo contrato de locação, com o devido destaque gráfico, disposições no sentido de esclarecer ao locatário que: (a) a propriedade fiduciária do **Imóvel** está em nome do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**; (b) eventual valor de acessões ou benfeitorias (e eventuais indenizações respectivas), incluindo de qualquer espécie ou natureza, realizadas no **Imóvel**, fazem parte integrante do **Imóvel** para os fins da garantia fiduciária ora estabelecida, não podendo ser pleiteado qualquer direito de indenização ou de retenção pelo locatário, a qualquer título ou pretexto; (c) eventual valor de acessões ou benfeitorias, incluindo de qualquer espécie ou natureza, realizadas no **Imóvel** passará a integrar o valor do lance vencedor em leilão, não podendo ser pleiteado qualquer direito de indenização ou de retenção, a qualquer título ou pretexto; (d) há a sujeição da locação aos efeitos da ação de reintegração de posse prevista no artigo 30 da Lei nº 9514/97, independente de intimação ou citação ao locatário; (e) inexistirá qualquer direito de preferência ou de

continuidade da locação, caso ocorra a consolidação da propriedade plena em nome do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, ou a alienação do **Imóvel** a terceiros em leilão público extrajudicial; e (f) será facultado ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** denunciar a locação, com o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação, denúncia esta a ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da consolidação da propriedade em nome do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**. 12. A **GARANTIDORA** apenas poderá transmitir os direitos de que seja titular sobre o **Imóvel** mediante prévia e expressa anuência do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, assumindo o adquirente as obrigações da **GARANTIDORA** ora estabelecidas. 13. A **GARANTIDORA** deverá manter o **Imóvel** devidamente segurado, junto à seguradora de primeira linha, até o integral cumprimento das **Obrigações Garantidas**, devendo o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, figurar como beneficiário direto da apólice de seguro. Caso, comprovadamente, não seja possível que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** figure como beneficiário da apólice de seguro do referido bem, a **GARANTIDORA** compromete-se a repassar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** imediatamente todo e qualquer recurso recebido da companhia seguradora em caso de sinistro, figurando como fiel depositário desses recursos, respondendo civil e criminalmente em razão do encargo assumido, até que referidos recursos sejam devidamente repassados ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, que deverá utilizá-los na amortização, parcial ou total, das **Obrigações Garantidas** ou, de comum acordo com a **GARANTIDORA**, na constituição de nova garantia. 13.1. Ressalvado o disposto no item imediatamente acima, a **GARANTIDORA** declara-se ciente de que terá o prazo de até 30 (trinta) dias da presente data para apresentação ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** de referida apólice de seguro. Adicionalmente, a **GARANTIDORA** compromete-se a entregar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, em até 30 (trinta) dias contados da data de renovação do seguro, seu respectivo comprovante. **VENCIMENTO ANTECIPADO DAS OBRIGAÇÕES GARANTIDAS:** 14. A propriedade plena do **Imóvel** e de todos os direitos a ele inerentes objeto da presente garantia fiduciária consolidar-se-á na pessoa do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, conforme decisão da Assembleia de Debenturistas neste sentido, nos termos da **Escritura de Emissão**, de pleno direito, independentemente de qualquer comunicação ou outra formalidade, na hipótese de ocorrência de descumprimento de



# OFÍCIO DE NOTAS

JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO  
TABELIÃO



qualquer das **Obrigações Garantidas**, bem como nas hipóteses de vencimento antecipado das **Obrigações Garantidas** previstas em lei, na **Escritura de Emissão**, nos demais documentos da Emissão ou em qualquer das seguintes hipóteses: (a) se a **GARANTIDORA** ou a **EMISSORA**, notificadas para que providenciem o reforço da garantia constituída, em caso de perecimento, perda, desvalorização ou desapropriação do **Imóvel**, ou, ainda, sempre que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** entender necessário, dentro do prazo que for designado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, não o fizerem, conforme estabelecido neste **Instrumento**; (b) se a **GARANTIDORA** ou a **EMISSORA** infringirem ou não cumprirem, no todo ou em parte, qualquer termo ou condição do presente **Instrumento**, da **Escritura de Emissão** ou dos demais documentos relacionados à Emissão; (c) se não forem mantidos em dia os pagamentos de todos os tributos, tarifas ou seguro, imputáveis ao **Imóvel**; (d) se a **GARANTIDORA** não mantiver o **Imóvel** em perfeito estado de conservação, segurança e habitabilidade, ou realizar, sem o prévio e expresso consentimento do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, quaisquer benfeitorias, obras de demolição, alteração ou acréscimo, que possam comprometer, direta ou indiretamente, a garantia ora prestada; (e) na hipótese de ocorrência de qualquer evento, de natureza judicial ou extrajudicial, que afete ou prejudique a eficácia desta garantia; ou (f) se a alienação fiduciária, ora e eventualmente convencionada, não for devidamente formalizada nos prazos aqui previstos. **CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE EM NOME DO AGENTE FIDUCIÁRIO**: 15. A falta do pontual pagamento, integral ou parcial, das **Obrigações Garantidas**, bem como o descumprimento das demais disposições e obrigações contidas nas **Obrigações Garantidas** e neste **Instrumento**, poderá ensejar o vencimento antecipado das **Obrigações Garantidas**, conforme decisão da Assembleia de Debenturistas neste sentido, hipótese esta que implicará na consolidação da propriedade do **Imóvel** em nome do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**. 15.1. Não obstante o disposto acima, a consolidação da propriedade do **Imóvel** iniciar-se-á após eventual excussão das demais garantias mais líquidas constituídas para assegurar o integral e pontual pagamento das **Obrigações Garantidas**, nos termos da **Escritura de Emissão**. 16. Para tanto, nos termos da regulamentação aplicável, uma vez deliberado pela Assembleia de Debenturistas, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** promoverá a constituição em mora da **GARANTIDORA**, a qualquer momento, imediatamente após o descumprimento das **Obrigações Garantidas** ou deste **Instrumento**, bem como a

intimação da **GARANTIDORA**, com prazo de 15 (quinze) dias para a purga da mora com o pagamento aos **Debenturistas** dos valores a estes devidos, incluindo, mas não se limitando ao Valor Nominal Unitário, Remuneração, encargos, tarifas, tributos, despesas para cobrança e de intimação, o reembolso de valores relativos a outras despesas que tenham sido arcadas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** no âmbito da **Escritura de Emissão**, deste **Instrumento** e eventuais honorários advocatícios. **17.** Purgada a mora devidamente, convalidará o presente **Instrumento** até final liquidação das **Obrigações Garantidas**. **18.** Não purgada a mora, no prazo estipulado, será promovido o registro da consolidação da propriedade do **Imóvel** (que passará a ser plena), em nome do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, nos termos da regulamentação vigente. **19.** Consolidada a propriedade do **Imóvel** em nome do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, a **GARANTIDORA** terá o prazo de até 10 (dez) dias para promover a restituição do **Imóvel** ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, livre e desimpedido de pessoas ou coisas, sob pena de pagamento, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** ou ao adquirente do **Imóvel** em leilão, de taxa de ocupação equivalente a 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do **Imóvel** indicado no Preâmbulo deste **Instrumento**, *pro rata* em relação aos dias em que permanecer no **Imóvel**, a contar da data da alienação do **Imóvel** em leilão até a data em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, ou seus sucessores, for reintegrado na posse do **Imóvel**, sem prejuízo de sua responsabilidade pelo pagamento de todas as despesas de condomínio, água, luz e gás incorridas após a data da realização do leilão público até a data em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, ou seus sucessores, venha a ser reintegrado na posse plena do **Imóvel**, bem como aquelas necessárias à reposição do **Imóvel** ao estado em que o recebeu. **20.** Não ocorrendo a desocupação do **Imóvel** no prazo e forma ajustados, o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, seus cessionários ou sucessores, inclusive o adquirente do **Imóvel** em leilão, poderá requerer a sua reintegração na posse, que será concedida liminarmente, para que o **Imóvel** seja desocupado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, nos termos da regulamentação em vigor. **ALIENAÇÃO DO IMÓVEL – LEILÕES EXTRAJUDICIAIS: 21.** Consolidada a propriedade do **Imóvel** em nome do **AGENTE**



**OFÍCIO DE NOTAS**  
JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO  
TABELIÃO

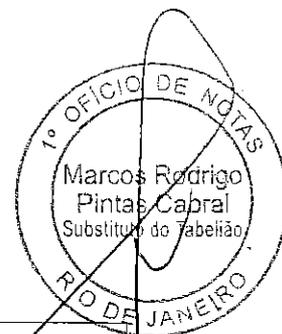


**FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, será promovida pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** a alienação do **Imóvel** por meio de leilão extrajudicial público. **22.** O(s) leilão(ões) (primeiro e segundo, se houver) será(ão) anunciado(s) mediante edital único com prazo de 10 (dez) dias, contados da primeira divulgação, publicado por ao menos 3 (três) dias, em um dos jornais de maior circulação local do **Imóvel** ou noutra de comarca de fácil acesso, se, no local do **Imóvel**, não houver imprensa com circulação diária. **22.1.** A **EMISSORA** e a **GARANTIDORA** têm ciência inequívoca quanto à desnecessidade de sua intimação pessoal, a respeito da data da realização de qualquer dos leilões extrajudiciais. **23.** O **AGENTE FIDUCIÁRIO**, como titular da propriedade plena do **Imóvel**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**, respeitados os trâmites ora estipulados, transmitirá o domínio e a posse do **Imóvel** ao licitante vencedor. **24.** O primeiro leilão público realizar-se-á dentro de 30 (trinta) dias contados da data do registro da consolidação da plena propriedade em nome do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante da comunhão dos **Debenturistas**. **25.** Para fins do primeiro leilão, fica estabelecido como valor do **Imóvel** aquele indicado no Preâmbulo deste **Instrumento**, ou o valor indicado de nova avaliação (se houver), a ser acrescido com o valor das benfeitorias e acessões realizadas no **Imóvel**. **25.1.** Caso no primeiro leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor mencionado no *caput*, será promovido o segundo leilão nos 15 (quinze) dias seguintes. **26.** No segundo leilão será aceito o maior lance oferecido desde que seja igual ou superior ao: (i) saldo devedor total das **Obrigações Garantidas**; (ii) valor de avaliação do **Imóvel**; ou (iii) o valor indicado de nova avaliação (se houver), dentre eles o que for menor, adicionado das despesas havidas em razão do leilão e relacionadas ao **Imóvel**, prêmios de seguro, encargos legais, tributos e contribuições condominiais. **26.1.** Caso o maior lance oferecido seja inferior ao valor supra mencionado, será outorgada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO** quitação à **EMISSORA** das **Obrigações Garantidas** no limite do valor de avaliação do **Imóvel**, permanecendo a **EMISSORA** obrigada pelo integral pagamento das **Obrigações Garantidas**, na proporção em que não houver sido quitadas. **27.** Caso o valor obtido com a venda do **Imóvel**, em qualquer dos leilões, não seja suficiente para a liquidação integral das **Obrigações Garantidas** somadas as despesas havidas com o(s) leilão(ões), inclusive nos casos em que a presente alienação fiduciária garantir apenas parte das **Obrigações Garantidas**, permanecerá a **EMISSORA** obrigada pelo seu integral cumprimento. **28.** O **AGENTE FIDUCIÁRIO**

disponibilizará à **EMISSORA**, no prazo de 30 (trinta) dias, o respectivo termo de quitação das **Obrigações Garantidas**, na proporção em que houverem sido efetivamente quitadas. **28.1.** O cancelamento do registro da propriedade fiduciária no cartório competente dar-se-á à luz do referido termo de quitação. **29.** Se, no primeiro ou no segundo leilão, houver a venda efetiva do **Imóvel** e sobejar importância a ser restituída à **GARANTIDORA**, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** colocá-la-á a disposição, considerando nela incluído o valor da indenização das benfeitorias. **29.1.** Resta ajustado que o disposto no item supra não se aplica aos casos em que não ocorrer a venda do **Imóvel** no segundo leilão e o valor de avaliação do **Imóvel** for superior ao saldo devedor das **Obrigações Garantidas**, não havendo qualquer valor a ser restituído à **GARANTIDORA**. **PUBLICIDADE E COMUNICAÇÕES:** **30.** Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas neste **Instrumento** serão feitas por escrito e serão entregues por meio de correspondência registrada ou entregue por portador ou e-mail, nos endereços indicados no Preâmbulo. **31.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). **32.** A **GARANTIDORA** e a **EMISSORA**, desde já, autorizam o **AGENTE FIDUCIÁRIO** a enviar qualquer informação prestada no âmbito deste **Instrumento** através do correio eletrônico indicado no Preâmbulo. **DISPOSIÇÕES GERAIS:** **33.** Os **Debenturistas** poderão livremente ceder, vender ou transferir a terceiros, a qualquer título, os direitos e ou obrigações decorrentes deste **Instrumento**, total ou parcialmente, com ou sem a sua coobrigação, independentemente de prévia consulta ou anuência da **GARANTIDORA** e da **EMISSORA**. **34.** É expressamente vedada à **GARANTIDORA** a cessão ou transferência, total ou parcialmente, a quaisquer terceiros, deste **Instrumento** ou de quaisquer das obrigações aqui previstas, salvo mediante prévia e expressa anuência, por escrito, do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na qualidade de representante dos **Debenturistas**. **35.** Caso uma ou mais disposições contidas neste **Instrumento** sejam consideradas ou se tornarem inválidas, ilegais, fora de vigência ou inexequíveis em qualquer aspecto, a validade, a legalidade, a vigência ou a exequibilidade das outras disposições contidas neste **Instrumento** não será afetada, nem prejudicada de forma alguma como resultado desse fato. A



**OFÍCIO DE NOTAS**  
**JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO**  
TABELIÃO



disposição inválida, ilegal, ineficaz ou inexecuível será substituída por uma disposição cujo efeito econômico se aproximar o máximo possível do efeito econômico da disposição inválida, ilegal, ineficaz ou inexecuível. O mesmo aplicar-se-á se existir lacuna neste **Instrumento**. **36.** Alterações na regulamentação que disponham acerca da presente garantia serão a ela automaticamente incorporadas. **37.** A **GARANTIDORA** e a **EMISSORA** assumem a responsabilidade pelas despesas de cobrança da presente garantia. **38.** A tolerância do **AGENTE FIDUCIÁRIO** diante do não cumprimento pela **GARANTIDORA** ou pela **EMISSORA** de qualquer das obrigações previstas no presente **Instrumento** não constituirá novação ou mesmo precedente que, por algum modo ou para algum fim, desobrigue a **GARANTIDORA** ou a **EMISSORA** de efetivá-las em qualquer outra ocasião subsequente. **39.** Se o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tiver que ingressar em Juízo para que seja praticado qualquer ato a que a **GARANTIDORA** ou a **EMISSORA** se obrigaram ou, ainda, para haver quantia cujo pagamento lhe seja devido em face deste **Instrumento**, a **GARANTIDORA** e a **EMISSORA** ficarão obrigadas, também, ao pagamento das custas do processo e dos honorários de advogados fixados judicialmente. **40.** Correrão por conta da **EMISSORA** e da **GARANTIDORA** as despesas relacionadas à formalização do presente **Instrumento**, ao seu registro e averbação perante os registros públicos competentes, conforme indicadas no Preâmbulo. **41.** O presente **Instrumento** de constituição de alienação fiduciária é assinado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, a qualquer título, e vigorará até a constatação, pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de que as **Obrigações Garantidas** foram integralmente liquidadas pela **GARANTIDORA** ou pela **EMISSORA**, conforme o caso. **42.** Qualquer tributo, presente e futuro, exigido por força do presente **Instrumento** será suportado e pago pela parte que, segundo a legislação aplicável, for por ele responsável. **43.** Integra este **Instrumento** como anexo a Certidão de Matrícula do Registro de Imóveis, atinente ao Imóvel, onde consta estar registrado em nome da **GARANTIDORA** e livre e desembaraçado de quaisquer ônus extrajudiciais. **44.** Fica eleito como competente para conhecer e dirimir toda e qualquer dúvida ou questão que porventura decorra deste **Instrumento** o foro da comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, reservando-se o **AGENTE FIDUCIÁRIO** o direito de optar, a seu exclusivo critério, pelo foro do domicílio da **GARANTIDORA** ou da **EMISSORA** ou, ainda, de sua sede. **45.** Foram apresentados e arquivados nestas notas os seguintes

documentos: **Certidões - GARANTIDORA - Internet:** a) A Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** nº AA04.359D.FDF5.CE23, emitida pela Secretaria da Receita Federal, válida até 07/01/2013; b) A Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos às **Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros** nº 000062012-17500576, emitida pela Secretaria da Receita Federal, válida até 23/12/2012; c) A Certidão de Distribuição de Ações e Execuções de Natureza Cíveis, Criminais, Execuções Fiscais e Juizados Especiais, emitida pela **Justiça Federal**, Seção Judiciária do Rio de Janeiro; d) A Certidão de Feitos **Trabalhistas**, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho; **Certidões - GARANTIDORA - Rio de Janeiro/RJ:** e) A Certidão de Interdições e Tutelas, emitida pela 1ª Circunscrição do RCPN da Capital do Estado do Rio de Janeiro; f) A Certidão de Interdições e Tutelas, emitida pela 2º Ofício de Registro de Interdições e Tutelas da Capital do Estado do Rio de Janeiro; g) A Certidão de Registro de Feitos Ajuizados, emitida pelo 1º Ofício do Registro de Distribuição da Capital do Estado do Rio de Janeiro; h) A Certidão de Registro de Feitos Ajuizados, emitida pelo 2º Ofício do Registro de Distribuição da Capital do Estado do Rio de Janeiro; i) A Certidão de Registro de Feitos Ajuizados, emitida pelo 3º Ofício do Registro de Distribuição da Capital do Estado do Rio de Janeiro; j) A Certidão de Registro de Feitos Ajuizados, emitida pelo 4º Ofício do Registro de Distribuição da Capital do Estado do Rio de Janeiro; k) A Certidão de Registro de Feitos Ajuizados, emitida pelo 9º Ofício do Registro de Distribuição da Capital do Estado do Rio de Janeiro; **Certidões - GARANTIDORA - Macaé/RJ:** l) A Certidão de **Interdições e Tutelas**, emitida pelo RCPN do 1º Distrito de Macaé, neste Estado; m) A Certidão de **Falências e Concordatas**, emitida pelo Cartório Distribuidor, Contador e Partidor da Comarca de Macaé, neste Estado; n) A Certidão de **Ações Cíveis**, emitida pelo Cartório Distribuidor, Contador e Partidor da Comarca de Macaé, neste Estado; o) A Certidão de **Ações e Execuções Fiscais**, emitida pelo Cartório Distribuidor, Contador e Partidor da Comarca da Armação de Macaé, neste Estado; **Certidões - Imóvel:** p) A Certidão de **Ônus Reais**, emitida pelo competente Registro de Imóveis; q) A Certidão de **Quitação de IPTU**, emitida pela Prefeitura Municipal. **Certifico que as certidões supracitadas foram previamente examinadas e aceitas pelos CONTRATANTES, constando distribuições nas certidões descritas nas letras "a", "b", "c", "d" e "g", o que é de inteiro conhecimento e aceitação do AGENTE FIDUCIÁRIO, porém a GARANTIDORA**



# OFÍCIO DE NOTAS

JOSÉ DE BRITTO FREIRE FILHO

TABELIÃO



responsabiliza-se integralmente por quaisquer repercussões danosas advindas dos apontamentos, isentando o AGENTE FIDUCIÁRIO, este Substituto do Tabelião, Serventia e Oficial de Registro de Imóveis de quaisquer responsabilidades. **DECLARAÇÕES FINAIS:** 46. Pelos **CONTRATANTES** foi dito que são capazes e compreenderam integralmente o conteúdo do presente **Instrumento** e aceitam todos os seus termos e condições como se encontra redigida. 47. Por este instrumento e na melhor forma de direito, os **CONTRATANTES** nomeiam e constituem seus bastantes procuradores **José Antonio La Terza Ferraiuolo**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.955.461-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 601.471.996-20; **Edison Gandolfi**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 20.109.323 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 157.101.238-97 e **Carlos Jorge Moreno Yasaka**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 1.885.782 - SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 028.292.898-70, todos com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 2º andar, com poderes para re-ratificar este Instrumento no que disser respeito a qualquer exigência de ordem administrativa, especialmente por parte do registro de imóveis, respeitadas o objeto, valor e condições. Outrossim, a **EMISSORA** e a **GARANTIDORA** declaram-se solidariamente responsáveis por todas as obrigações assumidas perante o **AGENTE FIDUCIÁRIO** e constituem-se procuradores recíprocos, até o pagamento integral das **Obrigações Garantidas**, com poderes irrevogáveis para foro em geral e os especiais para requerer, concordar, recorrer, transigir, receber e dar quitação, desistir, receber citações, notificações, intimações, inclusive de penhora, leilão ou praça, embargar, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato. 48. Foi emitido DOI, conforme IN/SRF/MF em vigor. 49. Dispensada a presença das testemunhas instrumentárias nos termos do Código de Normas da Egrégia Corregedoria de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. 50. Foi feita a Consulta de Informação de **Registro de Indisponibilidade de Bens** nº 007011207544146, emitida nesta data pela Corregedoria Geral de Justiça. 51. Certifico que as custas no valor de (R\$2.700,64), sendo Tabela 7, nº 01, I - (R\$1.208,52), Tabela 7, nº 02, letra "b" - (R\$18,05), somadas a esse valor, a quantia de (R\$4,55) - Tab. 1 nº 08 - digitalização, (R\$3,41) - Tab. 1 nº 10 - gravação eletrônica, (R\$10,23) - Tab. 1, nº 09 - utilização de processo de informática, (R\$34,56) - Tab. 1, nº 06 e 09 - Comunicações,

arquivamento (R\$47,77), somada a quantia da Tabela 7, obs. 12ª - (R\$663,55), acrescidas das quantias provenientes da Lei 3217/99 (R\$398,12) para o FETJERJ, da Lei 4664/05 para o FUNDPERJ (R\$99,53), da Lei 111/06 para o FUNPERJ (R\$99,53) e das Leis 489/81 e 590/82 - Mútua dos Magistrados e ACOTERJ (R\$30,75), distribuições e Certidões, são recolhidas ao Cartório. **Lavrada sob minuta.** **A S S I M** o disseram, e me pediram que lavrasse nestas notas este **Instrumento**, que lhes sendo lida em voz alta e achada conforme, aceitaram e assinaram. E, eu, **(MARCOS RODRIGO PINTAS CABRAL)**, Substituto do Tabelião, lavrei, li, conferi e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. (a.a.) **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - MAURICIO DA COSTA RIBEIRO; BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - RODRIGO BOCCANERA GOMES; INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - MARCO ANTONIO BERNARDI; INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - DIONÍSIO LELES DA SILVA FILHO; IESA ÓLEO & GÁS S.A. - IRAJA GALLIANO ANDRADE; IESA ÓLEO & GÁS S.A. - OTTO GARRIDO SPARENBERG** Trasladada em seguida. Eu, \_\_\_\_\_, digitei e conferi. E eu, \_\_\_\_\_, a subscrevo e assino em público e raso.

Em Testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.

